

Pedro Pereira Leite



Ato Patrimonial

Estudos Sobre Educação Global e Diversidade Cultural

Informal Museology Studies nº 22

Global Education and Cultural Diversity nº- 3

2018



Ficha Técnica:
Informal Museology Studies
Papers on Qualitative Research
Issue 22 – 2019
Directory
Pedro Pereira Leite
ISSN – 2182-8962
Editor: Pedro Pereira Leite
Publisher: Marca d' Água: Publicações e Projetos
Redaction: Casa Muss-amb-ike
Ilha de Moçambique,
3098 Moçambique
Lisbon: Passeio dos Fenícios, Lt. 4.33.01.B 5º Esq.
1990-302 Lisbon –Portugal





MAESTRÍA EN
MUSEOLOGÍA
Y GESTIÓN DEL
PATRIMONIO

MUSEOS, DERECHOS CULTURALES Y NUEVAS CIUDADANÍAS

Hacia una democracia radical: el agenciamiento del patrimonio cultural dentro de las lógicas de los bienes comunes



**XIX CONFERENCIA INTERNACIONAL
DEL MOVIMIENTO PARA LA NUEVA
MUSEOLOGÍA (MINOM)**



**II CÁTEDRA LATINOAMERICANA
DE MUSEOLOGÍA Y GESTIÓN
DEL PATRIMONIO CULTURAL**



**I JORNADA
LATINOAMERICANA
DE MUSEOLOGÍA SOCIAL**

27 a 30 de noviembre de 2018

Lugar: Archivo General de la Nación, Auditorio Virgilio Barco
Informes: Maestría en Museología y Gestión del Patrimonio, Universidad Nacional de Colombia
 Tel. Of. (57 1) 316 5000 ext. 12284 -12651
maemuseo_farbog@unal.edu.co

Organiza
Maestría en Museología y Gestión del Patrimonio Cultural, Facultad de Artes, Sede Bogotá

Aliados








Organiza





Índice

Apresentação	6
O que é e para que serve o Património?	7
O apelo para o ato patrimonial	10
Património, inovação e coesão social.....	11
Diversidade Cultural e Economia do Bem Comum	13
Os Direitos individuais versus direitos coletivos	14
Meio século de políticas culturais públicas em Portugal	14
Políticas Públicas para a Cultura e Razão económica.....	15
A Festa revolucionária	16
“A euforia” (1974 – 1976)	17
A institucionalização “democrática” (1977- 1989)	19
A Internacionalização (1989-1998)	21
O tempo do Cosmopolitismo (2000-2011)	22
Sinais sobre a crise de rumo (depois de 2011)	23
A agenda das comunidades sustentáveis	24
Possibilidades de Resposta: o Ato patrimonial	25
O bem comum como solução para o ato patrimonial	26
Património como bem comum	27
O ato patrimonial como ato comum	29
Novas cidades e bem comum	30
Proposta Ato Patrimonial	32
REFERENCE DOCUMENTS	34
O APELO DE BERLIM PARA A AÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA O FUTURO DA EUROPA	36
Lisbon - The Role of Cultural Diversity for Sustainable Communities	Erro! Marcador não definido.
Abstract.....	Erro! Marcador não definido.
O poder criativo dos museus das cidades.....	Erro! Marcador não definido.
A experiencia do laboratório urbano de museologia na Mouraria .	Erro! Marcador não definido.
Outras experiencias na Cidade.....	Erro! Marcador não definido.
Conclusão.....	Erro! Marcador não definido.
Bibliografia	Erro! Marcador não definido.
Museología Nómada y Economía Solidaria: Intervenciones de educación popular patrimonial	Erro! Marcador não definido.
Resumen	Erro! Marcador não definido.

Museología Nómada e Economía Solidaria: Intervenciones de educación popular patrimonial	Erro! Marcador não definido.
Uma Museologia Nómada	Erro! Marcador não definido.
Um pensamento Nómada.....	Erro! Marcador não definido.
A questão da Diversidade Cultural e o Mundo Urbano.....	Erro! Marcador não definido.
Museologia Nómada e Economía Popular Solidária: Experiencias Asociativa e cooperativa nas cidade-mundo	Erro! Marcador não definido.
Conclusão: Lugares da educação patrimonial popular na cidade .	Erro! Marcador não definido.
Bibliografia	Erro! Marcador não definido.
Diário de Viagem da XIX Conferencia Internacional do MINOM – Bogotá -Colômbia	Erro! Marcador não definido.

Apresentação

Neste número dos *Informal Museology Studies* apresentamos três textos sobre a problemática do "ato Patrimonial em contexto urbanos. Tratam-se de três artigos em que damos conta da necessidade de desenvolver ações afirmativas com base na intervenção patrimonial na cidade. No primeiro artigo damos relevo ao debate sobre a educação patrimonial, no âmbito do ano Europeu do Património Cultural (2018), no qual fomos refletindo no site "Global Education and Cultural Diversity, sobre a forma de postais, e que aqui se reúnem numa forma única.

O segundo artigo, resulta da nossa intervenção no Seminário do CANO, o Comité do ICOM para os museus de cidade, que se realizou em Frankfurt, em Junho de 2018, onde apresentamos algumas experiencias que se vão a desenvolver na cidade de Lisboa. O terceiro artigo, e constituído pela nossa intervenção na XIX Conferencia Internacional do MINO, que se realizou em Bogotá na Colômbia, e que será publicada em livro das atas, que tarda a surgir.

No ato patrimonial defendemos que existem duas práticas de ação patrimonial para o desenvolvimento de políticas culturais publicas para a diversidade na contemporaneidade: Através da Educação patrimonial e por via da intervenção associativa. Estes artigos procuram demonstrar essa evidência e as suas possibilidades. As imagens são da XIX Conferencia do MINOM, tiradas em Bogotá, Colômbia.

Lisboa, abril 2019

Pedro Pereira Leite.

O que é e para que serve o Património?

Pedro Pereira Leite1

No mês de junho de 2018 reuniu-se em Berlim, na Alemanha, o Encontro Europeu sobre o Património Cultural, que passou a ser conhecido como a “Cimeira de Berlim do Património Cultural”². Sobre este encontro escreveu,



Guilherme de Oliveira Martins que; “A Cimeira foi um momento culminante deste Ano Europeu. Se é verdade que há ainda muito para fazer, pode afirmar-se que o aprovado “Apelo de Berlim” constitui um documento fundamental que põe a tónica na defesa da Cultura, da Educação e da Ciência como fatores de desenvolvimento sustentável, de diversidade e de paz”.

A questão do património como questão de relevância para as políticas culturais para a diversidade no âmbito da dignidade humana em comunidades sustentáveis.

Ao olharmos para o nosso mundo neste nosso tempo, nós a quem os cabelos se tornam mais brancos, não podemos deixar de sentir que tudo muda com uma velocidade cada vez mais rápida.

As cidades transformam-se e crescem, continuando a atrair cada vez mais gentes e mais atividades. As velhas cidades, com áreas delimitadas em bairros, diluem-se. As zonas industriais ficaram obsoletas nos processos de globalização. O ambiente tornou-se uma prioridade para as políticas públicas, e aqui e ali, crescem novos espaços verdes, alguns deles tornados hortas urbanas. As novas tecnologias tomaram conta das nossas vidas. Passamos a ter na palma da mão as informações que necessitamos.

Desse modo as velhas cidades, os seus bairros e as suas instituições tendem também a transformar-se. Os ritmos das transformações não são

¹ Museu da Educação e da Diversidade (MED) – Cátedra da UNESCO, Educação Cidadania e Diversidade Cultural.

² Guilherme de Oliveira Martins. In <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/23188>

porém coincidentes. Por essa razão há instituições e processos que acompanham com dificuldade as mudanças.

O património é uma das áreas de mudança e transformação argumentamos este postal. Se o património está a mudar, necessitamos de ter instrumentos que trabalhem com a mudança. Ora o património tem estado baseado na conservação. O trabalho do património e das suas instituições, (de memória para simplificarmos) tem estado baseado na salvaguarda e nos seus processos de comunicação para usufruo, deleite e educação.

A reflexão epistemológica sobre museologia e património, bem como os Estudos sobre a Memória social, estão, na sua maioria, contextualizados à segunda metade do século XX. No campo da memória social, a sua genealogia radica nos trabalhos de Henri Bergson, o filósofo francês que na primeira metade do século XX influencia o malogrado Maurice Halbachws que no seu trabalho Memória Social, procura estabelecer os seus princípios na sociologia. No campo da museologia, é conhecida a separação entre “Museu” enquanto instituição do Património, enquanto valor. Muito embora o Património possa ser também um sítio, na segunda metade do século XX, o conceito de património tende a substituir o conceito de monumento, como campo de estudo. As três noções, embora com raízes no passado, acabaram por ser reconfiguradas ao longo da segunda metade do século XX.

A segunda metade do século XX, marcada pelo fim da guerra mundial, com a sua destruição, com a emergência da UNESCO enquanto organização mundial que emite orientações sobre o património, em colaboração com o ICOM, ICOMOS e ICOROM. A segunda metade do século XX é uma época de consolidação das políticas públicas para a cultura e património, orientadas pela sua salvaguarda e comunicação.

As políticas públicas ao longo da segunda metade do século XX serão marcadas pela intervenção do estado na sua formulação, num primeiro tempo, para a partir dos anos oitenta, com a emergência do liberalismo económico, começarem a ser conflituais com a emergência do mercado. Ainda que várias experienciais sejam conhecidas de busca de alternativas para políticas públicas para a cultura, como sucedeu nos anos mais recentes no Brasil, com políticas públicas orientadas para a diversidade, a tensão entre a função do Estado e a função do mercado, é na Europa uma questão que marca a análise das questões patrimoniais. Uma questão que é hoje marcada pela universalização do turismo e do consumo em massa dos territórios e dos seus bens patrimoniais.

Como todas as questões a mudança pode ser encarada como uma ameaça ou uma oportunidade de intervir. Aqui interessa-nos trabalhar a questão do património como uma herança que serve para a vida.

As cidades estão vivas e a cultura e património são formas de viver a contemporaneidade.

Os espaços urbanos são lugares de vitalidade. Podem ser lugares de vitalidade em função das dinâmicas demográficas e económicas que se instalam. Faz- já uma trintena de anos, que o processo de desindustrialização se instalou na Europa.

No final dos anos oitenta, cidades como Londres, Manchester, Cardiff na Inglaterra sofreram com a emergência do chamado liberalismo económico e financeiros. A abertura das fronteiras e a emergência da China como espaço económico de mão-de-obra qualificada e barata levou à transferência das indústrias para o oriente. As áreas industriais despovoam-se. As docas de Londres e Cardiff. Dublin na Irlanda. Barcelona e Bilbao em Espanha. As cidades dos automóveis nos Estados Unidos, Chicago e Detroit vêm desaparecer os empregos e as empresas.

Em alguns lugares instalam-se novas dinâmicas sociais e económicas. Uma vez por iniciativa pública em projetos imobiliários, outras vezes apenas por ocupação dos espaços vazios por iniciativa dos movimentos sociais. Lisboa e a Expo 98 será um exemplo do primeiro caso, Berlim um exemplo do segundo caso.

Na expo 98 emerge um espaço ordenado, com equipamentos clássicos urbanos. Foram pensados vários museus que não se concretizam (pavilhão de Portugal, museu da energia) um oceanário que replica o tema da expo, um Pavilhão do conhecimento que será sede dum movimento de centros de ciências, que não se assumem como museus. Não há bibliotecas nem arquivos. A memória do sítio ficou registada, mas só será exibida em fotografia no espaço público 20 anos depois (2018).

O caso de Berlim, o fim do muro, produziu um súbito esvaziar da cidade a leste, lugares que se tornam espaço de residência para jovens artistas que transformam o espaço construída em espaço criativo coletivo. O negócio imobiliário chegará depois, valorizando o espaço pelas atividades que nele se desenvolvem, aproveitando o imobiliário envelhecido, que alimentam novos negócios.

O turismo, ou melhor a gentrificação do espaço urbano de Lisboa sofre atualmente a mesma especulação imobiliária. Os residentes são afastados a troco de alojamento local e para novos habitantes, jovens europeus em busca de novas experiências em ambientes urbanos. Queixam-se os moradores que os bairros perdem as suas características. Com efeito o Bairro de Alfama é hoje um bairro turístico debaixo do tema do fado. A Mouraria, um bairro que já é mais turístico debaixo do tema da interculturalidade, A Baixa Pombalina, anos a fio abandonada à espera duma classificação como “património” que nem proprietários, nem poderem públicos desejavam, renova-se. O Bairro Alto é já zona de Boémia, tendo-se estendido para o Cais do Sodré, com a das mulheres da vida a ser substituída pela pensão do amor.

Lugares de turismo são lugares de vitalidade. Se procuramos lugares de vitalidade temos que dialogar com o fenómeno do turismo. As antigas áreas industriais tornam-se em espaços criativos. “*Hub criativo*” como agora a elite estrangeirada gosta de chamar a estes lugares de modernidade. Se queremos olhar para a economia criativa com base no património temos que olhar para estes fenómenos.

O apelo para o ato patrimonial

No já citado artigo de Oliveira Martins sobre o “Apelo de Berlim para a Ação” escreve-se que este “constitui um importante desafio para governos, instituições da sociedade civil e cidadãos, organizações internacionais e supranacionais, no sentido de considerar o património cultural como fator de superação do vazio de valores éticos, da indiferença, do medo dos outros – no sentido de uma “cultura de paz”, suscetível de pôr a tónica num culto comum da herança e da memória, do respeito mútuo e de uma verdadeira partilha de responsabilidades”

³

O apelo para um ato patrimonial é hoje uma questão de sobrevivência para a Europa e para o seu projeto de União. Uma unidade feita de diferentes culturas e diferentes nações que no passado se confrontaram em busca duma hegemonia, nunca alcançada. Várias foram as hegemonias e os Império, e vários foram as suas dissoluções. O Mundo antigo não nos dá indicações precisas dum Império. O avanço do neolítico, com os movimentos migratórios da Ásia de povos portadores da tecnologia do fogo poderá ter-se confrontado com homínídeos mias arcaicos, levando à dominação do homo sapiens. Não há notícias de Impérios. Chamamos-lhe cultura. Culturas urbanas, culturas do bronze, do ferro, das cerâmicas.

³ Guilherme de Oliveira Martins. In <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/23188>

Alguns nomes mitológicos, celtas, iberos, fenícios dão algumas aproximações aquilo que no século XIX alimentará o mito nacional.

O primeiro Império europeu (e ainda assim euro-asiático) será o Império Romano. No século V cairá em forma de reinos Bárbaros, naquilo que em tempo se chamou as "longas trevas medievais". Embora a oriente Constantinopla se tenham mantido como Império. Na medievalidade ressurgem o Sacro Império Romano-germânico pela mão de Carlos Magno. Um Império com duas cabeças (a sagrada em Roma e a profana em Poitiers). Na Península Ibérica esboça-se um Império Leonês e Castelhana, tornado Espanhol com a abertura do Novo Mundo. Ainda no século XVI será o Império onde o sol nunca se põe. Desfizeram-se. O dos francos em reinos e os Ibéricos na decadência inquisitorial.

Guerra sucessivas, entre poderes e religiões atravessaram a Europa. No século XIX, em França ressurgem a vontade Imperial pela mão de Napoleão. No século XX na Alemanha, por um cabo-de-guerra austríaco que acaba no genocídio de judeus, ciganos e homossexuais, e vários milhões de soldados.

É contra esta barbárie imperial que a Europa procura ser alternativa. Encontrar um denominador comum para as suas diferenças. Uma Europa da diversidade cultural.

Uma das ferramentas da construção dessa diversidade é pegar naquilo que somos, nos resultados dessas nossas histórias e encontramos um ponto comum contemporâneo. O património serve para isso. A educação patrimonial tem que ser o exercício de reconhecimento da diferença para crescermos juntos. O património como **Encontro**. Não se trata de olhar para objetos do passado, mas para os objetos que temos no nosso presente, para os usarmos nas nossas vidas. E isso só é possível se agirmos. Se executarmos um Ato Patrimonial"

Património, inovação e coesão social

O ato patrimonial, que já detalhamos num outro post⁴ é um apelo à ação sobre a pretexto do património. Uma ação que não tem como objetivo referenciar objetos ou situações que estão presentes na vida da cidade, seja como vestígios do passado, seja como nostalgia duma "busca do "tempo perdido"⁵. O ato patrimonial usa essas referências como matéria-prima para a sua ação. Coleta-as a partir dos participantes que mobiliza e constrói com eles uma ação. Por isso é uma ato.

Muito se escreve sobre o património como recurso no espaço e no tempo. Pouco se tem escrito sobre o ato patrimonial como recurso para a educação e cidadania. Temos vindo a defender que a educação patrimonial

⁴ <https://globaleduca.hypotheses.org/522>

⁵ Referência à monumental obra de Marcel Proust (2003), "Em busca do Tempo Perdido" Lisboa, Relógio d'Água, onde em 7 volumes se trabalha sobre a poética do tempo.

concretiza a ação cidadã no âmbito das políticas para a diversidade cultural
6.

De forma mais prosaica, Oliveira Martins, no trabalho que apresenta o “Apelo de Berlim” e que acima referenciamos trabalha o património como **“uma ponte entre o passado e o futuro, um processo contínuo de criatividade e inovação, que assenta as suas raízes na evolução histórica e suplanta-a em nome de uma cultura viva e de uma cidadania ativa e responsável”**⁷. Estamos de acordo com o princípio dialético da busca das tensões históricas como processo de superação. Um processo onde podemos influir como atores.

No entanto, Oliveira Martins, e aqui distanciamo-nos do autor, refere a relevância do Património cultural para aquilo que é hoje a narrativa hegemónica sobre os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, sugerindo de forma atabalhoada a sua relevância para “*uma solida coesão social*”, e para o trabalho sobre a os “bem-estar e qualidade de vida” apoiado numa ideia de “*harmonia e beleza para o nosso meio ambiente, humano e natural*”⁸. Não que estejamos em desacordo com os princípios da argumentação. O relevante nesta argumentação é que ele propõe de seguida a ultrapassagem das declarações de princípios para avançar na construção de valores com base na diversidade. No entanto, esses valores (culturais) ainda são “pertencas sentidas por todos” que podem ser locais, regionais, nacionais (ou universais diríamos nós em linha com a inclusão da referencias aos 70 da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Segundo Oliveira Martins, a sua preservação depende do reconhecimento da diferença em relação ao outro.

A fragilidade desta argumentação está em que, mais uma vez o reconhecimento da diferença é visto como a essência, quando quanto a nós, o reconhecimento da diferença é o que permite avançar para a reconstrução, ou hibridação, ou mestiçagem, que é uma categoria nova. A questão não está apenas em criar novo e eliminar o antigo. É criar condições para que todos convivam, sendo que tem que haver a consciência do que aquilo que é novo, novidade ou inovação, tenha espaço para evoluir.

É certo que na sua análise da cultura histórica usa a argumentação de que o encerramento da cultura em si mesmo é um processo de auto aniquilamento, o que não é em si demonstrável. Estamos de acordo de como diz que a “*prevalência da hostilidade sobre a hospitalidade gera consequências dramáticas, que levam a conflitos desregulados, guerras sangrentas e à trágica espiral da violência*”⁹, e que a sua solução exige um equilíbrio entre o uno e o diverso, entre tradição e modernidade, liberdade e igualdade. Falta-lho no entanto, na sua solução uma dimensão que é igualmente pertença da teoria da dignidade humana que é a solidariedade ou fraternidade.

⁶ Cadernos de Educação Patrimonial nº 1 - (2018). No prelo

⁷ Guilherme de Oliveira Martins. In <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/23188>

⁸ Ib idem

⁹ Op cit

No nosso entender os desafios da agenda pela Dignidade Humana estão longe de ser enunciados pelos princípios e é necessário integrar a igualdade com a diferença, a liberdade com a justiça social, e assegurar a disponibilidade de recursos para uma vida decente. O apelo à ação concretiza essa agenda. A ação inovadora que produz coesão social é a ação que permite a diversidade cultural e a economia solidária.

Diversidade Cultural e Economia do Bem Comum

Plano de ação para o Património Cultural que foi discutido em Berlim em junho deste ano¹⁰ insere-se dentro das ações de reconhecimento da relevância do património cultural para as políticas europeias. É uma questão que está longe de ser consensual, como temos vindo a trabalhar noutros domínios. (Leite, 2015)¹¹ Um plano de ação europeu é algo que pode ser um trabalho de compromisso interessante. Na prática da conservação do património cultural há várias questões que parecem ser consensuais. A salvaguarda do património classificado, de acordo com as recomendações da UNESCO e no âmbito das normas e boas práticas das organizações internacionais. As políticas de educação patrimonial, de forma a valorizar o conhecimento sobre esse património e como forma de promover a ligação entre o local e o global (europeu). As formas de agir nem sempre são consensuais, mas há indubitavelmente uma dimensão simbólica nas questões patrimoniais que a releva como questão social.

Mas para além dessas boas intenções é necessário que o compromisso na ação implique a participação das comunidades e seja visível no espaço público. A sua visibilidade social será certamente determinante para lhe dar valor. Mas essa visibilidade não pode deixar de ser também um processo de valorização do trabalho criativo que a inovação social e cultural exige.

A questão que vale a pena atentar é o processo como podemos mobilizar a sociedade e os cidadãos. Vejamos como esta questão é trabalhada no texto de Oliveira Martins, que diz: “*Importa envolver promotores e beneficiários, do espaço público e da sociedade civil – articulando o investimento na cultura, educação e ciência com os objetivos de coesão social e de desenvolvimento regional, envolvendo cidades, campos, litoral, meio ambiente, turismo, sustentabilidade, mudança climática, investigação e inovação, política digital, educação, objetivos de qualidade e, naturalmente, juventude*” (op cit¹²). Engloba tudo e todos: Promotores e beneficiários, numa perspetiva de serviços, em que uns produzem outros consomem. Sendo que esses atores, são do espaço público e da sociedade civil. Não será a mesma coisa mas o que nos parece aqui relevante é ultrapassar esta visão da cultura como um serviço e usar a cultura como processo social.

Ora tem sido frequente discutir a questão das políticas da cultura como políticas públicas. A partir da constituição democrática de 1976 com a consagração dos direitos culturais, que se vão desenhando varias intervenções na sociedade. A

¹⁰ <http://european-cultural-heritage-summit.eu/berlin-call-to-action/reference-documents/>

¹¹ <https://issuu.com/pedropereiraleite/docs/culturaedesenvolvimento>

¹² In <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/23188>

entrada nas comunidades europeias, num primeiro momento deixa de lado as questões patrimoniais, que só ganha, relevância no final do milénio, sobretudo por via dos programas de revitalização urbana dos centros urbanos. A perspetiva do turismo e da gentrificação do espaço urbano desencadeia relevantes dinâmicas nestes espaços, favorecendo a atração de atividades criativas e de arte. Também a partir do início do Milénio, a criação de políticas públicas culturais leva aos programas de investimento da administração central, criando-se as redes de bibliotecas, arquivos, teatros e outros equipamentos. A rede portuguesa de museus, não leva à criação dum programa de construção de museus, mas procura iniciar um inovador programa colaborativo.

Tudo isto se passa numa clara convergência com as dinâmicas europeias dentro das lógicas do mercado. O papel de estado é neste capítulo ambíguo. Ora atua como ator, ora favorece o mercado. Falta aqui uma reflexão sobre os bens-comuns.

Os Direitos individuais versus direitos coletivos

Não cabe neste curto postal uma reflexão aprofundada sobre a relação entre os direitos individuais e os direitos coletivos. Este é uma questão que radica na questão da cidadania, que a partir do século XVIII organiza a ação política da sociedade civil em torno das “associações” políticas.

A ação das associações marcará a intervenção da sociedade ao longo dos séculos XVIII e XIX e XX, nela confluindo várias tradições:

- A tradição assistencialista de origem protestante ou católica (com as misericórdias)
- A tradição centralista francesa, que desenvolve a razão do Estado, como razão política, que procura capturar a diversidade da ação social na sociedade, substituindo-a por modelos hierárquicos.
- As tradições operárias e socialistas, que a partir do final do século XIX organizam “fraternidades operárias, mutualidades, sindicatos e grémios

As diferentes tradições desenvolveram-se e tiveram experiências muito diferenciadas. No caso dos movimentos sociais, valerá a pena olhar para as tradições libertárias de constituição de cooperativas, das escolas operárias e populares, das economias populares, para hoje as integrar num diálogo com outras tradições, como o Bem-viver, unbunto, etc.

Estes diálogos confrontam as políticas públicas para a cultura, que em Portugal nos últimos 50 anos passaram por diferentes fases, e que se encontram sem rumo.

Meio século de políticas culturais públicas em Portugal

Deixamos de lado nesta análise, as políticas culturais de oitocentos, da república e do Estado Novo, que também as tiveram, muito embora com uma outra narrativa, dedicada à literacia, ao património, às bibliotecas e arquivos. Trabalhamos neste postal não só o tempo mais recente (últimos

50 anos) como também a questão da economia política da intervenção do estado na sociedade.

Como sabemos os modelos de intervenção do Estado na Sociedade, no pós-guerra europeu, deram origem ao chamado “Estado Social”, ou seja o Estado como promotor do acesso aos bens sociais. Este modelo teve em França com o ministério de André Malraux, mas pode-se verificar que por toda a Europa se regista, embora com grãos diferentes, um aumento da despesa pública com as questões sociais, infraestruturas públicas nos diferentes domínios, seja nas áreas clássicas, de estradas e habitação, seja em novas áreas, como a cultura e mais tarde no ambiente.

Portugal, em virtude da sua situação política, só conhecerá esse debate em plano após a revolução de 1974, embora possamos, por exemplo encontrar em alguns casos algumas ações que anunciam os novos tempos.

O caso mais citado neste domínio é o da ação da Fundação Calouste Gulbenkian, que é frequentemente citada como desenvolvendo uma verdadeira ação cultural, em substituição dum inexistente Ministério da Cultura. Seja como for, será após a democracia que valerá a pena olhar para a formação das políticas públicas para a cultura, não nos devendo esquecer que essas políticas se desenvolvem sobre um quadro de referência que herda. Assim vamos avançar sobre um ensaio da **euforia revolucionária até aos impasses da democracia na política cultural pública.**

Políticas Públicas para a Cultura e Razão económica

A racionalidade económica sobre os financiamentos públicos para a cultura constituem-se como narrativas de legitimação da ação política dos estado-providência. Há, segundo Eduardo Brito Henriques¹³ quatro racionalidades económicas que surgem sobre as narrativas herdadas do século XIX: as narrativas sobre as identidades nacionais, e a narrativa sobre a externalidade social da cultura, isto é de que que beneficia do acesso à cultura, como à educação dispões de melhores ferramentas para contribuir para a sociedade.

As quatro narrativas são, no essencial, a lei Baumol-Bowen, que data dos anos 60, segundo a qual o setor das artes performativas não é passível de uma economia de escala fordista, pelo que a depreciação relativa do valor

¹³ Hneriques, Eduardo Brito (2002). “Novos Desafios e as Orientações das Políticas Culturais: o caso português” in Finisterra , XXXVII -73 pp 61-89

trabalho, conduziria, sem a existência de apoios do estado, ao abandono do trabalho criativo, tal como estava a suceder nas indústrias artesanais.

Uma segunda narrativa, seria a de que os bens culturais se constituem como “bens de prestígio social” ou seja que o seu acesso criaria um efeito de contágio na sociedade por criar bem-estar e aumentar o valor dos indivíduos que consomem cultura, transferido para outras esferas da sociedade, nomeadamente para a esfera da atividade económica, seja pelo entretenimento, seja por um aumento da criatividade.

Uma outra narrativa, concebe os bens culturais como bens públicos, isto é o património visto na sua forma mais global, seja como monumentos, seja como manifestações culturais, como sendo parte do conjunto da comunidade, e assumindo-se o Estado como seu guardião, cabe-lhe como função zelar por esses bens através do seu financiamento.

Finalmente uma quarta linha de narrativa, a das externalidades positivas geradas pelos investimentos e financiamento nas atividades culturais para algumas atividades económicas em crescimento, nomeadamente a questão do turismo e viajantes. Justifica-se assim uma atenção às atações turísticas dos territórios.

Estas narrativas foram formas de legitimação da “bondade” do investimento público na cultura, até à crise económica dos anos 70 e a emergências das políticas neoliberais. Podemos ver, entre os anos 50-60-70 um crescimento exponencial em financiamentos públicos à cultura em diferentes países da europa ocidental e um certo efeito de contágio aos seus aliados. Também esse investimento encontrou acolhimento na formação das políticas públicas, defendidas pela UNESCO para os novos Países independentes em África e na Ásia. Em Portugal o contexto dará uma configuração específica de vido à sua experiencia revolucionária. Vamos avançar na procura de algumas linhas de pesquisa.

A Festa revolucionária

O Programador cultural António Pinto Ribeiro em janeiro de 2019, num seminário realizado no Instituto Camões, fez um ensaio sobre a periodização sobre as políticas públicas para cultura¹⁴, onde fala de 4 ciclos, a saber: o Primeiro ciclo “a arte fascista faz mal à vista”, entre os anos 74 e 76, cobrindo o período revolucionário. Seria seguido por um segundo ciclo de institucionalização democráticas entre 76 e 89, que seria caracterizados por um controlo do estado sobre as instituições culturais e

¹⁴ António Pinto Ribeiro, in Jornal de Letras, 30 de janeiro 2019, p. 4

a criação de grandes equipamentos. O terceiro período, já em plena integração europeia, caracterizado por uma procura de internacionalização, entre os anos 90, até ao início do milénio; e finalmente o 4º período, que chama de cosmopolita, o atual. De seguida retomaremos a sua análise, mas faremos cruzá-la com uma leitura crítica, inspirada em trabalhos de Eduarda Dionísio¹⁵ e nem algumas experiências observadas. Ainda daremos conta de uma análise dos tempos contemporâneo, na medida em que a crise da dívida dos últimos anos tem algumas características que interesse pensar, nomeadamente qual o papel do estado na cultura e as questões da dignidade do trabalho criativo. A que damos o nome de *"Da euforia revolucionária aos impasses da democracia: Meio século de políticas culturais públicas em Portugal"*. É um trabalho que continuará o seu curso, em cruzamento com a economia e outra leituras críticas.

"A euforia" (1974 – 1976)

A Revolução de Abril, com a sua explosão popular nas ruas do país foi contagiada por uma euforia criativa que se vivia na Europa. O regresso dos exilados de Paris, que haviam participado e assistido ao Maio de 68 trouxeram indubitavelmente muitas influências, mas havia também um "caldo" que se vivia no país, que verteu para a rua e para o espaço público. "A cantiga foi é uma das armas" desta revolução cultural tal como foram outras formas de expressão cultural no teatro, nos jornais e nas organizações associativas, onde muitos ativistas intervinham

Foram expressão desta *"revolução cultural artística"* os grupos mais ou menos informais de teatro, alfabetização, música e de intervenção cultural. É uma produção artística e cultural essencialmente anónima, produzida de forma coletiva em associações e coletividades, em "garagens" ou mesmo na rua de forma espontânea. Foi uma produção cultural feita à margem das instituições, marcada pelo tempo, pela urgência de se fazer sob o signo da experiência da liberdade. A produção é marcada por essa explosão da vida na rua, pela presença das pessoas na rua da cidade, e dos diferentes movimentos sociais, marcado pela vontade de construir o futuro. Foi o tempo de contruir agendas de ação, pela habitação, pelos direitos sociais e laborais. A questão do direito à cultura emerge como uma questão constitucional, marcada por um

¹⁵ Dionísio, Eduarda (1993). *"Títulos, ações, obrigações: a cultura em Portugal, 1974 - 1994"*. Lisboa: Edições Salamandra. E *"Práticas culturais"* in REIS, António (coord.). Portugal: 20 anos de democracia. Lisboa: Temas e Debates, 1996, onde traça uma evolução das práticas culturais em Portugal desde a Revolução do 25 de Abril até 1993.

capítulo da constituição da República, em sintonia com as discussões na Europa.

A cultura em Portugal, antes de 1974 foi marcada por uma dualidade entre a “Alta Cultura” e a “Cultura Popular” ou folclore. O instituto de Alta cultura dava algumas bolsas de formação para a cultura, algumas grandes instituições foram criadas e desenvolvidas, como por exemplo a Biblioteca Nacional, as Universidades, o Teatro. Mas, de uma forma geral as intervenções eram moderadas, direcionadas para as elites, e contavam com apoio de algumas instituições privadas, como foi por exemplo o caso da Fundação Gulbenkian. O Folclore era olhado como uma manifestação genuína do povo, desenvolvia-se localmente, com apoios das organizações e mecenas locais. O Estado Novo fascista em Portugal é frequentemente caracterizados como marcado pelos 3 F, de Fado, Futebol e Fátima. Três consumos que unem a pluralidade da nação, do Minho a Timor, ainda que a portugalidade a sul do mediterrâneo fosse alvo de resistências diversas, marcada por uma visão romântica dum povo rural, trabalhador e devoto.

Essa visão romântica do povo emerge como uma das características da cultura em 1974, em confronto com uma cultura jovem e mundana na cidade. Os ritmos das músicas tradicionais misturam-se com novas sonoridades, como as influências de África e da Europa. A música de Zeca Afonso é uma marca desta tensão entre uma tradição que se recria e representam em o espírito desse tempo, de um tempo de liberdade criativa e espontaneidade.

Não é pois de estranhar que não haja a programação de grandes eventos, nem hajam profissões de promotores de espetáculos. Não há uma programação cultural. A cultura acontece¹⁶, num tempo imediato, conduzido por figuras que ficaram conhecidas como “Cantigas de intervenção” e “Teatro de Intervenção”. A criação cultural deste período é marcada pela dualidade entre o patrão e o proletário, o rico e o pobre, com mensagens simples, dirigida ao “povo” na sua expressão de coletivo indiferenciados, vistos como autor da sua própria emancipação. À simplicidade narrativa das intervenções culturais, era conduzida por ativistas culturais, que se auto representavam como portadores das ferramentas de emancipação. Apesar dessas marcas constrangedoras, foi um período de muita criatividade, com uma produção rica e diversificada, que tomou conta da cidade em espaços pouco usados.

¹⁶ Entre 1994 ao longo de 10 anos Carlos Pinto Coelho, jornalista da RTP, conduzirá o primeiro programa cultural na televisão portuguesa, com este nome.

As instituições que vinham de trás tiveram grande dificuldade em acompanhar este movimento popular de criatividade, e na sua maioria permaneceram fechadas ao povo, sendo o caso paradigmático o São Carlos, vocacionado para ópera, que permaneceu fechado às elites. O Teatro Nacional Dona Maria II, que tinha sofrido um feroz incêndio permaneceu fechado, com algumas companhias de teatro de revista a surgirem a acompanharem as narrativas da época. A exceção à rigidez destas instituições foi a Fundação Gulbenkian que desenvolve uma política de descentralização cultural.

A institucionalização “democrática” (1977- 1989)

Com a contenção da revolução e dos movimentos sociais, aprovada a constituição em 1976, com a consagração do “direito à cultura” o Estado inicia a sua reorganização. Em 1976 é criada pela primeira vez Secretaria de Estado da Cultura, a que preside David Mourão Ferreira. Inicia-se o período de criação de “Grandes Instituições” centralizadas em Lisboa, recuperando a visão elitista da cultural, no Teatro, No Bailado, na Ópera, nos Museus nacionais, e procurando concretizar algumas ações de “descentralização” seguindo o exemplo da Fundação Gulbenkian, na altura apontada como um “ministério da Cultura”. Neste tempo de construção do aparelho cultural de estado, continua a ser praticada a visão elitista da cultura, em que os “iluminados” cultos levam aluz ao povo. Trata-se dum tempo em que as comunidades deixam de ser protagonistas, e lentamente, o “povo”, os “operários” e os “pobres” deixam de ser protagonistas das narrativas.

É um tempo marcado pela tensão entre a função social da arte. A função social da arte era uma querela que vinha dos tempos da afirmação do movimento literário neorrealista, em que se defrontavam aqueles que defendiam “a “arte pela arte” e os que defendiam a “arte socialmente comprometida”. Os protagonistas das ações culturais começam a ser absorvidos pelo aparelho de estado, permanecendo em algumas margens residuais, grupos de intervenção autónomos, que apoiados em algumas estruturas associativas ou de intervenção desenvolvem formas de cultura inovadoras.

Datam, por exemplo, destes tempos a criação dos primeiros festivais de música, tendo como exemplos a “Festa do Avante”, o Jamor, no Alto da Ajuda e no Seixal (a festa organizada pelo Partido Comunista Português, acaba por se fixar num quinta na margem sul do Tejo, comprada para o efeito) os “Festival da Juventude” e vários concertos em Lisboa, organizados no Pavilhão dos Desportos outros pavilhões desportivos (Cascais Jazz, os The Tube no pavilhão de Alvalade) e surgem, fora de Lisboa alguns festivais alternativos, como as “ Musica dos Mundo” e o Festival de Vilar de Mouros.

Este período, nas artes é marcado pelo movimento "Alternativa 0" ¹⁷de Ernesto de Sousa que apresenta uma visão de arte como intervenção, que apesar de permanecer muito circunscrita em alguns ambientes urbanos, irá beneficiar duma crescente entrada de dinheiros europeus que vão influenciar os primeiros passos duma intervenção cosmopolita.

Em 1983, já a anunciar a entrada na Comunidade Europeia, realiza-se em Lisboa a XVII capital europeia da cultura, comissionada por Pedro Canavarro, onde se lançam algumas obras em equipamentos museológica na da cidade e que marcaram uma visão da cultura moderna de equipamentos para o povo¹⁸

Em 1986, com a entrada na Comunidade Europeia e uma estabilidade política dum governo conservador, a intervenção do Estado passa a ser fortemente influenciada pelas ideias liberais em vigor na Europa. A cultura é vista como um espaços de mercado, onde é possível estabelecer parcerias público-privadas. A cultura é um espaço de produção de bens que podem ser comercializados. Embora os equipamentos culturais não tenham sido privatizados, esta doutrina influencia as políticas culturais. Dá-se uma separação clara nas funções do Estado, entre a formação dos públicos e a ação para o mercado.

O Estado continuaria a ter um papel na formação de público, pelo que deveria manter escolas de formação e apoiar alguns equipamentos que não tivessem capacidade de sobreviver no mercado. Mas todas as atividade que pudessem ser conduzidas pela iniciativa privada passam a estar disponíveis para comercializar, ou melhor para se constituírem como serviços comerciáveis. O exemplo mais claro desta orientação sucede na média, que como já acontecia na edição e na música, são privatizados (permanecendo a RTP/RDP). Os jornais, primeiro, as rádios através da abertura das ondas, e a televisão. Datam desta altura a criação das parcerias público-privadas para gestão do Centro Cultural de Belém, da

¹⁷ <http://ernestodesousa.com/projectos/alternativa-zero>

¹⁸ XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura foi uma importante exposição realizada em Lisboa, sob o tema: Os descobrimentos portugueses e a Europa do renascimento protagonizada por uma série de exposições e eventos, entre maio e outubro. Organizou-se em torno de 5 núcleos, que sofreram obras de reabilitação. Tratam-se de espaços emblemáticos da cidade, museus e monumentos: Casa dos Bicos com a "A dinastia de Avis", que sofre obras de ampliação. O Convento da Madre de Deus, com "Os antecedentes medievais dos descobrimentos", o Mosteiro dos Jerónimos - "As navegações portuguesas e as suas consequências", a Torre de Belém - "Armário dos séculos XV a XVII" e o Museu Nacional de Arte Antiga - "Portugal dos descobrimentos e a Europa do renascimento".

Fundação de Serralves, do São Carlos, da Orquestra Metropolitana de Lisboa.

A política de incremento de comercialização de bens e serviços em equipamentos culturais, com é exemplo o caso dos museus (onde são feitos alguns investimentos de requalificação importantes) embora se procurem mecenas, segue uma política de procura de rentabilidade através da atração de públicos e visitantes, oferecendo espaços mais modernos, surgindo nos equipamentos nacionais as lojas e as cafetarias, geralmente concessionadas. As políticas de financiamento público, no teatro e cinema, tem em linha de conta o público, par ao qual é considerado a capacidade das salas, números de espetáculos e o público presente.

A Internacionalização (1989-1998)

O terceiro momento da democracia é marcado pela Europália em 1991, comissionada Rui Vilar que introduz uma visão cosmopolita para a cultura portuguesa, e da Comissão para a Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1985-2002), que cria um plano de investigação sobre a história portuguesa que se alarga ao mundo lusófono¹⁹.

O Festival da cultura Europália, que se realiza em 1991, na Bélgica marca a procura da internacionalização da cultura portuguesa. Com a influência da narrativa da XVII Exposição de 1981, a experiência levada a Bruxelas permite a aprendizagem de muitos profissionais para fazer festivais, concursos e bienais de arte. Em Lisboa, nos anos de 1990, ensaia-se uma renovação das Festas de Lisboa, com a ultrapassagem do modelo das marchas e dos arraiais populares, criando um festival de música que toma conta da cidade durante o mês de junho. Trata-se dum tempo de sucesso para os eventos da cultura artística e do património. Enquanto na cidade as artes da cultura tomam conta do espaço público, a Comissão dos Descobrimentos mobiliza a sociedade científica. A arte e a cultura portuguesa acertam o ritmo com a produção cosmopolita. A fundação Gulbenkian é um centro de experimentação. Abre as portas para a experiência de performatividade e de música experimental.

A partir de 1998, com o governo socialista e a criação do ministério da cultura de Manuel Carrilho, influenciado pelas políticas públicas de raiz francesa, completa-se o ciclo dos equipamentos culturais estruturantes. O governo desenvolve uma política pública mais interventiva, com base num modelo de planeamento central, já um pouco desfasado das correntes europeias, mas que é justificado com a necessidade de criar as redes básicas modernas de equipamentos culturais, como sejam a criação de

¹⁹ http://purl.pt/index/geral/aut/PT/31063_P1.html

redes de bibliotecas, de arquivos, de teatros, (e um pouco mais tarde de Museus). Neste período, como complemento da ação do Estado na Cultura, as autarquias locais desenvolvem também o modelo de cultura centralizada, responsabilizando-se por políticas culturais locais.

Neste final de período, marcado pela realização da Expo 98 em Lisboa, verifica-se que as políticas culturais infletem do modelo neoliberal, de privatização e PPP, para um modelo de planeamento central estatal, registando-se um forte aumento da despesa e investimento público na cultura, com o consequente aumento da despesa com pessoal: Contudo, este aumento da despesa com pessoal será sobretudo um aumento com a prestação de serviços. A cultura ganha visibilidade na cidade, expende-se a rede de galerias e livrarias urbanas aumentam os festivais locais de música e espetáculo. A arte e a cultura português afirmam-se como um espaço de produção cosmopolita. Regista-se neste período o Nobel da Literatura de Saramago e Portugal com país anfitrião da Feira de Frankfurt. Que notoriedade e reconhecimento. Contudo, neste período regista-se um certo desinvestimento na visibilidade das elites portuguesas em África no Mediterrâneo e no Brasil, que continuará a ser espaço de intervenção de algumas associações e grupos alternativos.

O tempo do Cosmopolitismo (2000-2011)

O Festival "Rock in rio" que se realiza em Lisboa no ano 2000 constitui uma marca temporal deste tempo de globalização da arte e da cultura em Portugal. A Expo 98 que tinha criado uma nova cidade a oriente teve uma programação cultural intensa e criou uma rede de contatos e colaboração cosmopolita entre programadores culturais e artistas. A circulação entre países passou a ser natural. Desenvolveram-se grandes eventos, de uma forma geral com apoio de grandes marcas comerciais. Os festivais passaram a ter, de forma tímida a princípio, mais presente para o tempo recente, marcas comerciais. Por exemplo o festival do SW passa a ter uma marca duma operadora telefónica, as Festas de Lisboa, passam a ter uma marca duma cerveja.

Este tempo de globalização da arte assume em pleno a precarização do trabalho artístico criativo. Os grandes equipamentos sofreram várias vicissitudes e a crise do orçamento do Estado limita as capacidades de financiamento. Há uma erosão global das redes de aprendizagem de artes musicais e de artes performativas, os modelos de financiamento variam aleatoriamente, impedindo projetos de se consolidar e de desenvolver criatividade interna. A organização da criatividade passa a seguir a lógica da burocracia do estado. O Estado Socialista perde o rumo, entre política de investimento em mega projetos, de sustentabilidade duvidosa, e a pressão liberal de lançar produtos no mercado.

A crise económica deixa marcas profundas em todas as instituições de que contraem e reduzem despesas. A lógica de externalização ganha espaço, fazendo com que tudo o que não seja “essencial” seja contratualizado com serviço. A incipiente rede de museus e os museus portugueses, por exemplo, que nunca haviam consolidado serviços educativos e recorriam a trabalho permanente precário, cessam contratos. A Fundação Gulbenkian passa por um processo de reorganização, emagrecimento, encerrando a sua Companhia de Bailado. Durante este período algumas das chamadas “indústrias culturais”, como a música, o livro e o cinema, sofrem o impacto da digitalização. O mercado do livro contrai-se e perde expressão na cidade, muito embora um ou outro evento se mantenha, como é o caso da Feira do Livro de Lisboa. A indústria discográfica praticamente desaparece, com novas formas de circulação. As galerias perdem notoriedade. O teatro passa por ajustamento, com as companhias a criarem rede de colaboração e circulação pelo país, apoiando-se em apoios municipais, procurando ultrapassar a escassez de público. Em suma o mercado contrai-se, revelando a falta de escala da produção cultural portuguesa para se manter a com dimensão internacional, com exceção de alguns artistas (como Joana Vasconcelos na arte, Manoel de Oliveira no Cinema, Siza Vieira na Arquitetura)

Sinais sobre a crise de rumo (depois de 2011)

A crise económica e o governo neo liberal levou a uma grave situação na cultura em Portugal. A extinção do Ministério da Cultura e a sua conversão em secretaria de Estado é um sinal da fraca relevância desta área para a narrativa governativa. Essa extinção foi acompanhada com uma reorganização administrativa de serviços, que se resumiu a uma concentração no estado de funções, eliminando pessoa e serviços. O Estado tornou-se inoperacional. O governo socialista em 2015, embora recompondo o Ministério acabou por ter uma intervenção modesta na cultura. De uma forma geral, o sinal mais nítido deste tempo é o da crise do modelo de mercado de competitividade da criatividade neoliberal, que se tornou um modelo oculto de governação, na falta de alternativas.

Isso traduz-se na evidência da recuperação dos modelos de governação antigo, de planeamento central, com uma visão monolítica da cultura, onde é notória a falta de visibilidade na agenda das questões fraturantes (géneros, direitos humanos, minorias, migrações, comunidade alternativas). De uma forma geral podemos afirmar que se na agenda internacional se verifica uma emergência das questões da diversidade cultural, em Portugal a agenda cultural é marcada por visões centralizadores e monolíticas para as políticas pública da cultura. Uma visão que é partilhada por agentes e instituições. Por exemplo, é notória uma ausência de massa crítica autónoma. O recente debate sobre o “museu dos descobrimentos é disto um exemplo. De alguma forma verifica-se aqui uma continuidade entre os tempos de

consolidação do modelo e a sua configuração atual, como se ele e os seus agentes públicos fossem incapazes de se transformar.

Na sociedade e nas narrativas dominantes, estão praticamente ausentes as novas formas de expressões culturais. As galerias urbanas, que em muitos casos são observatórios e laboratórios de criatividade escasseiam nas cidades. As residências artísticas são escassas e com impacto relativo na criatividade.

Há crise do modelo de expansão territorial de equipamentos, planeados centralmente, com base na malha territorial, pode-se adicionar a crise da participação cidadã. A produção cultural e criativa é na maior parte dos lugares urbano, uma atividade elitista. O sistema educativo está divorciado da educação pela arte e das expressões artísticas. O trabalho criativo é precário, escasso e a sua formação é desagregada. A formação em artes está segmentada e não corresponde às expressões criativas. Verifica-se uma ausência de rumo para a política cultural e nas políticas de apoios às artes e por parte do Estado, que continuam dependentes dos “subsídios” a projetos. A cultura urbana não tem escala na formação das políticas públicas.

A escala na cultura continua a ser pequena, dominada pela velha narrativa simbólica do passado glorioso que tarde em torna-se presente, das narrativas económicas sobre o custo-benefício que anuncia o fim das redes e da necessidade de transição das instituições para um novo modelo de intervenção na política cultural com base na diversidade cultural para comunidades sustentáveis.

A agenda das comunidades sustentáveis

Ensaaiemos algumas linhas de futuro com base na narrativa das comunidades sustentáveis. Alicerçado em algumas questões criamos, vai por alguns meses uma agenda de pesquisa para comunidades sustentáveis²⁰ e para o património cultural constituída pelos seguintes pontos:

- Como são criados os Valores culturais e o Património Cultural - por exemplo: o que conta como Património cultural, como ele é escolhido, como ele muda em sociedades cada vez mais diversas / plurais, como molda identidades, como e quando diferentes tipos de Património são reconhecidos, experimentados, abraçados, representados ou ignorado?
- Como ligar Pessoas com Património - por exemplo: como, por que e com que resultados as pessoas se envolvem com seu Património cultural e por que isso é importante para eles? Quais novas formas e oportunidades de envolvimento com o património estão emergindo (por exemplo, herança sensorial, jogos sobre o património)?
- Como fazer um Património Cultural Sustentável - por exemplo: os paradigmas de proteção do Património que nos serviram bem no passado são igualmente aptos a

²⁰

<https://globaleduca.hypotheses.org/atividades-da-catedra/pesquisa-sobre-comunidades-sustentaveis>

responder aos desafios do futuro? Que novos paradigmas estão emergindo para gerenciar / governar / tomar decisões sobre / engajar / salvaguardar / adaptar nosso Património cultural em um mundo em rápida mudança?

- Como integrar os novos usos das novas heranças / reutilização de Patrimónios e exploração do potencial de tecnologias digitais e outras - por exemplo: como podemos usar como recurso para o bem-estar cultural, social e económico para além do turismo e da conservação? Como podemos apoiar o uso inovador do Património tangível e intangível, habilidades patrimoniais (por exemplo, artesanato) e pesquisa do Património?

- Como integrar as heranças intangíveis, emergentes, ocultas e contestadas - por exemplo: como as formas emergentes de herança futura podem ser identificadas de forma mais eficaz? Como as heranças intangíveis podem ser conservadas e exploradas de forma mais sustentável no futuro? Como a pesquisa de artes e humanidades pode contribuir para processos que descubrem heranças "escondidas", redescobrir heranças "perdidas"?

- Como alterar as economias do Património - por exemplo: como a pesquisa pode enriquecer ainda mais experiências e encontros patrimoniais e reforçar a contribuição do Património para o crescimento da economia da experiência? Como podemos perceber melhor o potencial de pesquisa de Património interdisciplinar e colaborativo para inspirar criatividade e inovação que contribuam para a economia criativa?

- Como enfrentar as heranças globais e o desenvolvimento de desafios globais internacionais - por exemplo: como as economias internacionais podem contribuir para o desenvolvimento internacional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e / ou para o desenvolvimento de estratégias humanitárias ou humanitárias ou "diplomacia cultural"? Como a pesquisa pode orientar abordagens para enfrentar os desafios do Património criado pelo desenvolvimento internacional, globalização, urbanização rápida, mudanças climáticas e alta mobilidade? Qual o papel que a herança desempenha no bem-estar das comunidades diaspóricas e deslocadas?

Possibilidades de Resposta: o Ato patrimonial

A conclusão possível sobre as possibilidades de resposta sobre a ação patrimonial para comunidades sustentáveis passa por uma mobilização da participação das comunidades e pela adequação dos instrumentos das políticas públicas para a cultura. cremos que como vimos no caso portugueses, o desafio para participação cultural para criar comunidades sustentáveis ainda não passa duma mera quimera. Mas é também verdade que existem hoje vários instrumentos internacionais que permitem uma formulação de uma outra geração de políticas públicas.

Usemos os três casos enunciados por Oliveira Martins no trabalho que citamos no início²¹ que segundo o autor obriga a que a questão ganhe relevância na Europa e sobretudo, obriga a um alinhamento ou compatibilização entre a *Convenção de Faro*

²¹ Guilherme de Oliveira Martins. In <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/23188>

de 2005, do Conselho da Europa²², com Declaração de Namur de 2015, conhecida como a *Estratégia Europeia para o Património no Século XXI*²³ e a *Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*²⁴, também de 2015. Espera-se que com esse alinhamento Das diversas as instituições europeias reconheçam o património cultural como prioridade estratégica, com expressão no quadro financeiro plurianual (2021-2027) e que com isso os diferentes governos nacionais incluam as questões do património cultural nas suas agendas nacionais. Ainda que a agenda das Nações Unidas, como temos vindo a sublinhar noutros lugares²⁵, não incluía expressamente a cultura como um dos seus objetivo, espera-se que o investimento em competências culturais e formação na área da cultura e da criatividade permitirá uma maior visibilidade da cultura na construção da necessária afirmação europeia como espaço global e lugar de encontro das diferentes formas culturais.

Há que procurar ao longo do corrente anos de 2019, de aumentar a visibilidade das questões culturais no âmbito das eleições para o novo Parlamento Europeu, da nova Comissão europeia em 2019 e da Comissão Europeia, e dos diversos estados a criação de compromissos concretos na governação e no financiamento das atividades culturais e criativas. Exige-se também, que ao nível dos diversos departamentos governativos, a cultura assuma uma maior visibilidade na formulação das políticas públicas, exigindo-se que os ministérios da cultura se articulem através de políticas horizontais, usando o património como um recursos e uma ferramenta de construção de comunidades sustentáveis. Há pois um desafio de criar política locais e horizontais que conectem pessoas e recursos. Ou seja, por outras palavras o desafio da participação da s comunidade é o principal desafio, que irá exigir, em Portugal, uma renovada atenção aos processos participativos para desenvolver projetos de ação. Há desafios de preservação, de escala. Há desafios digitais; há desafios de regenerar as cidades a partir dos seus patrimónios e dos seus habitantes; há desafios de investimento em políticas públicas, desafios de criatividade o económico, no sentido da preservação, salvaguarda e a um melhor conhecimento. Sobretudo há um desafio de ligar a ação patrimonial à sociedade e às escolas. Em Portugal não há um referencial para a educação patrimonial nas escolas, não há uma estratégia nacional de educação patrimonial. Desafio que valerá apenas saber se a sociedade está em condições de enfrentar, e sobretudo, se os governos e as políticas públicas são capazes do os formular. A criação de plataformas de diálogo será o mais importante nesta altura.

O bem comum como solução para o ato patrimonial

Mais acima colocamos a questão do ato patrimonial como uma possibilidade de ação para a criação de comunidades sustentáveis. Neste último postal, avançámos sobre a reflexão sobre que políticas culturais

²² <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoFaro.pdf>

²³

<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016802f8127>

²⁴ <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

²⁵ Leite, Pedro pereira (2005) Cultura e Desenvolvimento, Informal Museology Studies,

para a diversidade na criação de comunidades sustentáveis. A nossa proposta é de que é necessário criar uma alternativa às políticas culturais neoliberais e de mercado, bem como uma alternativa às políticas públicas com base em investimentos pesado do Estado Nação.

Verificamos noutros locais²⁶ que algumas políticas culturais para a diversidade se desenvolveram neste milénio, na América do Sul, com base em modelos de iniciativa pública, com base na diversidade cultural. Citamos concretamente o caso do Brasil, com a sua “cultura tropical”. Aconteceu também na Argentina, na Colômbia, México, Perú. Venezuela, Cuba. Contudo, a questão que se coloca é que entre os avanços na inovação, na inclusão das comunidades, no desenvolvimento da participação; sempre que se dá uma virada na orientação das políticas culturais, de dá um retrocesso no volume dos investimentos e uma “crise” nas Actividades culturais, que de expansivas, se tornam em atividades de resistência.

Em si a ação de resistência cultural é uma postura ética que deve sempre estar presente. Contudo, é necessário criar alternativas nas comunidades para ultrapassar essa excessiva dependência entre o mercado e o Estado.

A questão patrimonial não pode, nesse sentido estar separada da vida da comunidade. Não há em rigor uma vida cultural autónoma numa vida económica, numa vida social nas comunidades. Há uma integralidade na vida. A sua separação em categorias tem sido uma separação narrativa.

Temos vindo em outros lugares a pensar em alternativas para o conceito de museologia e património. Várias vezes o MINOM procurou abordar esta questão com a questão da Fraternidade ou “Sorodad” como aconteceu em Córdoba em 2017²⁷. Há no entanto limites para a noção de património. Como ultrapassar?

Património como bem comum

Há que repensar a noção de património. Na tradição ocidental, Património é tendencialmente vista como um objeto. Património constitui-se como algo de “singular”, socialmente construído (por uma narrativa hegemónica) que tem uma função reguladora de tensões na sociedade no presente. Contem por isso memória e esquecimentos. Trata-se numa

²⁶ Ver Leite et al (2016). “A Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus, Coleções e sua Função Social” in *Informal Museology Studies*, #16.

²⁷ <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/declaracion-de-cordoba/>

narrativa complexa sobre objetos, construída num tempo (contem uma relação transitiva homem/natureza), que transporta uma relação semântica (relação entre significado e significante), e que se cristaliza em “memórias”, objetos fluidos de referência identitária. (Francoise Choay, 2006. Património e Globalização)

Na sua tentativa de capturar o “património”, privilegiam-se as práticas preservacionistas, de gestão e conservação de sítios e objetos, através de normativas reguladas por “especialistas” com poder de legitimação das narrativas (Laurajane Smith, (2007) Cultural heritage: critical concepts in media and cultural studies).

Tem sido por nós considerado como uma narrativa do passado, construída no presente, como expressão duma vontade de futuro. Aprofundemos esta ideia com a questão dos comuns.

Se pensarmos a ideia/conceito de “património” como um fluxo (em termos de física poderemos considerá-lo como um espectro ou feixe de energia), uma força que contem tensões e complexidades, e que se prolonga no tempo. Neste nosso tempo, podemos nele influir, capturar como dádiva ou podemos dele nos apropriar procurando cristalizá-lo.

A cristalização do objeto corresponde a um embalsamento como se fazia no Antigo Egipto aos reis e personalidades de destaque, que viajam acompanhadas dos seus bens, encerrando-se as memórias em tumbas.

Captura-lo como dádiva, é aceitar a sua transitoriedade, procurando recolher dele a semente que tem vida, para dela cuidar e multiplicar. Ou seja, neste sentido Património seria é um espectro ou força que se projeta do passado, que capturamos como dádiva, para viver, e que sobre o qual vivemos para dar sequencia. É algo que é comum, de todos, que usamos trabalhar, para criar sustento para nós, para os próximos e através delas para a comunidade.

A teoria dos comuns pode conter uma alternativa para reencontrar o valor das aprendizagens com o outro sobre o que lhes é comum. Encontra o que se renova, o que contem vida. De fazer novas narrativas e novas cartografias sobre o universo. E como é o comum pode ser um “objeto cultural”. Através da sua valorização como relação. Ao invés de olharmos como recurso, a partir da qual de criam serviços, olhamos para a cultura como espaço relacional onde se concretiza a alquimia da criatividade. A economia criativa como espaço alternativo à economia de mercado, usando o mercado apara criar relação.

O ato patrimonial como ato comum

A alternativa ao património é os **Comuns**:

Os estudos do património crescerem no mundo industrial. Os ecomuseus e a museologia social, local e comunitária foi criada com base na percepção dum mundo em transformação. O mundo transformou-se. É hoje um conglomerado de cidades. As cidades geram dependência e segregação espacial no seu interior. Há blocos de deserdados nas nossas cidades. (Ver Richard Florida em a Nova Crise Urbana²⁸). A emergência do precário nas nossas cidades geram expectativas. A economia produz uma precaridade estrutural, e os precários têm a vida em suspenso.

A precaridade e o precário são uma nova classe social que resulta do processo de globalização e que se caracteriza por uma crescente desigualdade entre espaços, por um endividamento crescente e pela insegurança. O aglomerado de emigrantes jovens e trabalhadores qualificados cresce nas cidades. Ficam de fora os tradicionais operários e camponeses, uma população envelhecida, reformada.

Nas novas cidades a tradição nos estudos patrimoniais é marginal. As velhas ferramentas da conservação não tem sentido sem ser para criar produtos para turistas, para visitantes. A questão é que o turismo e os visitantes se concentram em áreas determinadas áreas da cidade: normalmente o centro histórico da cidade, o que leva a uma concentração das atividades de regeneração urbana nestas áreas, forçando, por vias das pressões dos agentes imobiliários, um reforço do investimento público neste centro.

O Caso de Lisboa é sobre esta questão um caso paradigmático. A transformação dos seus bairros localizados no centro histórico, leva a uma concentração de investimentos imobiliários no centro, pressionando a requalificação e regeneração dos bairros antigos. Na Mouraria este movimento de gentrificação leva a uma dura tensão entre turistas e moradores, pelo acesso a alojamento local versus moradia para habitação.
²⁹ Os moradores locais, idosos, herdeiros duma vivência urbana de baixa renda, sem propriedade, sofrem uma elevada pressão para abandonar as suas habitações, que assim, depois de requalificadas, passam a ficar

²⁸ https://www.youtube.com/watch?v=9VG9A_x-5GY

²⁹ Sobre esta questão veja-se o artigo "Lisbon - The Role of Cultural Diversity for Sustainable Communities" (Leite e Primo 2018,) Intervenção no CAMOC Anual Semmiar, no prelo (http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/camoc/Frankfurt_abstracts.pdf)

disponíveis para alojamento local para turistas. A população local é assim afastada para as periferias da cidade, onde se mantém o ciclo da pobreza, e onde o acesso a equipamentos e serviços é bastante menor e diminuto.

Mesmo no caso que alguns moradores queiram resistir, e há vários movimentos sociais de resistência que estão a atuar³⁰, as redes de solidariedade de vizinhança vão-se deteriorando, os pequenos comércios e serviços de conveniência local, perdem sustentabilidade e tornam-se espaços que facilmente se transformam para serviços aos turistas. E tudo isso se passa sem que as políticas culturais da cidade alterem. Ou seja, se olharmos para o mapa da distribuição de equipamentos culturais na cidade, facilmente verificamos a sua concentração no centro, com uma relativa raridade nas periferias, com a exceção das redes de bibliotecas, aqui muito ligadas às atividades da leitura para a primeira infância. Que resposta do património para estas novas cidades?

Novas cidades e bem comum

Nas novas cidades ou se vive para o comum ou não se tem espaço para ir. Comum é o que se tem. É o espectro. E algo que não sendo privado e de muitos. A raiz etimológica do comum vem de *múnus*. Do indo-europeu: *mu* (dar em cambio) e *nus* (Inter ação social). Assim *múnus* é entendido como um Intercambio com a comunidade com a formação de relações comuns. A questão da capacidade de administrar os bens comuns existe na História. O bem comum está presente nas reflexões de Tomaz Múnster. Há que resgatar este estudo para recuperar a sua genealogia.

O comum, enquanto feixe é em algo que está em processo. Que muda. O comum é algo que tem que ser administrado pelas comunidades como uso. A tradição não é algo estático, nem pré existente. É algo que ocorre no espaço e na comunidade e que ultrapassa a esfera do público e do privado. Na economia liberal, na lógica do crescimento económico, os bens públicos não têm valor porque não são produtos de troca. O estado liberal tem uma lógica de mercado, que retira da sua narrativa tudo o que não pode ser alvo duma relação mercantil. É necessário criar uma nova economia do espaço público, tendo o comum como uma alternativa. Uma economia de troca de saberes e relações. Uma economia do Comum como bem, valor, uso, direitos, saberes e legados.

Esta é uma proposta de ultrapassar a ideia de património pelo comum. Tem que se construir uma nova ciência com base nos comuns.

³⁰ <https://ocorvo.pt/da-airbnbizacao-de-alfama/>

Proposta Ato Patrimonial

Os vinhos são como os homens. Com o tempo, os maus azedam e os bons apuram.

Como desenvolver ação cultural para comunidades sustentáveis?

Como trabalhar com o plano de ação para comunidade sustentáveis?

Diagnóstico patrimonial

- Cartografia do património
- Identificação dos atores patrimoniais
 - Desenvolvimento de participação das comunidades
 - Troca de experiências
- Identificação das dinâmicas patrimoniais
 - Formação territorial
 - Formação social da comunidade
 - Dinâmica económica: recursos e produtos
- Identificar constrangimento e potencialidades dos recursos
- Identificar ameaça e oportunidades do contexto
 - Criar compromisso patrimonial

Carta do Património

- Criar plano de ação e fazer medidas
 - Problemas identificados pela comunidade
 - Soluções possíveis
 - Redes de relações com outros parceiros
 - Soluções propostas
 - Viabilidade das propostas
 - Execução
 - Orçamento
- O Lugar das comunidades
 - Programas de aprendizagem e capacitação
 - Plataforma de conhecimento
 - Programa de gestão
 - Programa de avaliação
 - Resultados esperados
 - Rede de transferência

Objetivos gerais

Inclusão social. Economia de bem-estar e transição, Investigação.
Promoção do emprego.

Desenvolver Valores – Reforçar Atitudes, Criar capacidades para melhorar a resiliência social, favorecer o conhecimento e entendimento crítico do mundo

Referências metodológicas:

- www.rfsc.eu
- Www.coe.int/en/web/education

REFERENCE DOCUMENTS

European Union

- COUNCIL CONCLUSIONS ON BRINGING CULTURAL HERITAGE TO THE FORE ACROSS POLICIES IN THE EU (23 MAY 2018)³¹
- COMMUNICATION BY THE EUROPEAN COMMISSION "A NEW EUROPEAN AGENDA FOR CULTURE"(22 MAY 2018)³²
- ADOPTED OPINION BY THE EUROPEAN COMMITTEE OF THE REGIONS "CULTURAL HERITAGE AS A STRATEGIC RESOURCE FOR MORE COHESIVE AND SUSTAINABLE REGIONS IN THE EU" (17 MAY 2018)
- ADOPTED OPINION OF THE EUROPEAN COMMITTEE OF THE REGIONS ON "STRENGTHENING EUROPEAN IDENTITY THROUGH EDUCATION AND CULTURE" (17 MAY 2018)
- EUROPEAN COUNCIL CONCLUSIONS (14 DECEMBER 2017)³³
- COMMUNICATION "STRENGTHENING EUROPEAN IDENTITY THROUGH EDUCATION AND CULTURE. THE EUROPEAN COMMISSION'S CONTRIBUTION TO THE LEADERS' MEETING IN GOTHENBURG, 17 NOVEMBER 2017" (14 NOVEMBER 2017)³⁴
- JOINT COMMUNICATION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL – TOWARDS AN EU STRATEGY FOR INTERNATIONAL CULTURAL RELATIONS (JUNE 2016)

Council of Europe

- "EUROPEAN CULTURAL HERITAGE STRATEGY FOR THE 21ST CENTURY" RECOMMENDATION BY THE COMMITTEE OF MINISTERS OF THE COUNCIL OF EUROPE (22 FEBRUARY 2017)^{35 36}
- "CONVENTION ON THE VALUE OF CULTURAL HERITAGE FOR SOCIETY (FARO CONVENTION)" ADOPTED BY THE COMMITTEE OF MINISTERS OF THE COUNCIL OF EUROPE (13 OCTOBER 2005)³⁷

Further Documents

- DAVOS DECLARATION 2018 – TOWARDS A HIGH-QUALITY BAUKULTUR FOR EUROPE (22 JANUARY 2018)^{38 39}
- "UN AGENDA 2030 FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT" ADOPTED AT THE UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT SUMMIT (25 SEPTEMBER 2015)⁴⁰

³¹ ata.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8544-2018-INIT/en/pdf

³² https://ec.europa.eu/culture/sites/culture/files/commission_communication_-_a_new_european_agenda_for_culture_2018.pdf

³³ www.consilium.europa.eu/media/32204/14-final-conclusions-rev1-en.pdf

³⁴ <https://cor.europa.eu/EN/our-work/Pages/OpinionTimeline.aspx?opId=CDR-6048-2017>

³⁵ www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21

³⁶ <https://rm.coe.int/16806f6a03>

³⁷ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=JOIN%3A2016%3A29%3AFIN>

³⁸ <https://davosdeclaration2018.ch/programme/>

³⁹ https://davosdeclaration2018.ch/media/Declaraci%C3%B3n_de_Davos_2018-def-es.pdf

⁴⁰ <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

O APELO DE BERLIM PARA A AÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA O FUTURO DA EUROPA

PREÂMBULO

O Ano Europeu do Património Cultural de 2018 marca um ponto de viragem para o crescente movimento da Europa pelo património cultural. Temos de aproveitar este impulso para reconhecer e desdobrar o poder positivo e coesivo da nossa herança cultural e valores partilhados para ligar os cidadãos e as comunidades da Europa e para dar um significado mais profundo a todo o projecto europeu. O tempo para a ação é agora.

Este “Apelo à Ação de Berlim” é apresentado na Cimeira do Património Cultural Europeu, em 22 de junho de 2018, em Berlim, pelas três organizações de acolhimento, nomeadamente EUROPA NOSTRA - a voz do património cultural na Europa; o Comité do Património Cultural Alemão (DNK), na qualidade de coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural na Alemanha e da Fundação do Património Cultural Prussiano (SPK), com sede em Berlim.

No âmbito do Ano Europeu do Património Cultural (EYCH), a primeira Cimeira do Património Cultural Europeu realizada de 18 a 24 de junho de 2018 em Berlim reuniu numerosos cidadãos e organizações de toda a Europa. Entre eles estavam representantes de instituições, associações, fundações e universidades, bem como de comunidades e locais religiosos, todos lidando com o património cultural; arquitetos, profissionais de museus, conservadores-restauradores, artesãos, artistas, proprietários privados de casas históricas e patrimônios, pesquisadores e professores; representantes de autoridades públicas ou instituições financeiras; empresários, start-ups, historiadores (de arte), jornalistas, fotógrafos, estudantes e jovens voluntários; em conjunto com os ministros da cultura, os presidentes de cidades históricas, membros dos parlamentos europeus, nacionais e regionais, representantes das instituições da União Europeia, bem como do Conselho da Europa, UNESCO e ICCROM e muitas redes de património europeu.

Este “Apelo à Ação de Berlim” inspira-se e legitima a perícia, entusiasmo e engajamento de todas aquelas mulheres e homens que cuidam do património cultural (tangível, intangível e digital) e que dedicam seus conhecimentos, tempo e energia, como profissionais ou profissionais voluntários, para garantir a transmissão desse património para as gerações futuras. O valor económico de seu trabalho é significativo; seu valor social e cultural é inestimável.

O “Apelo à Ação de Berlim” também se baseia na contribuição e apoio dos coordenadores nacionais do EYCH, membros do Comitê de Partes Interessadas do EYCH, bem como dos membros da Aliança do Património Europeu. 3.3.

Convidamos agora todos aqueles que se importam com o passado, presente e futuro da Europa a assinar, apoiar e partilhar amplamente este Apelo à Ação de Berlim.

O APELO DE BERLIM PARA AÇÃO

NÓS, OS CIDADÃOS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES SUBJACENTES... estamos prontos para assumir a nossa responsabilidade partilhada de desdobrar o poder coesivo e o potencial do nosso património cultural partilhado para avançar uma Europa mais pacífica, próspera, inclusiva e justa.

Hoje, neste Ano Europeu do Património Cultural, temos uma oportunidade única para influenciar o debate sobre o futuro da Europa. Confrontado com tantos desafios e até ameaças aos valores centrais europeus, este debate não pode basear-se exclusivamente em considerações políticas, económicas ou de segurança. Precisamos "mudar o tom" da narrativa sobre a Europa. Temos de colocar o nosso património cultural comum onde ele é próprio: no centro das políticas e prioridades da Europa.

PORQUE? PORQUE

1. Nossa herança cultural é o que nos torna europeus, pois reflete nossos valores, culturas e memórias variados e compartilhados. Portanto, é a verdadeira personificação da "Unidade na Diversidade" da Europa e nos ajuda a resistir às forças de divisão que são um perigo para a nossa sociedade.
2. Nossa herança cultural captura as múltiplas camadas de nossa identidade - local, regional, nacional e europeia; essas camadas estão todas interconectadas e se reforçam mutuamente e estão continuamente evoluindo;
3. A nossa herança cultural alimenta o nosso sentido de pertença a uma comunidade local e o sentimento de união e solidariedade na Europa;
4. Nossa herança cultural conecta gerações, pois reflete as fecundações cruzadas e os movimentos transfronteiriços de pessoas e idéias ao longo de muitos séculos de história compartilhada. Como tal, é a base para um diálogo e interação respeitosa e enriquecedora dentro e entre comunidades na Europa, mas também com outras culturas do mundo;
5. Nosso património cultural garante uma ponte entre nosso passado e nosso futuro. Ele nos permite extrair e construir nossas tradições culturais e história, ao mesmo tempo que nos ajuda a curar feridas e consertar as fraturas do passado. Simultaneamente inspira criatividade e inovação contínuas. Como tal, é uma fonte de aprendizagem e inspiração contínuas e uma base para uma cidadania ativa e responsável;
6. O nosso património cultural é também um motor essencial para o desenvolvimento sustentável e para uma maior coesão social, bem como a fonte de um grande número de empregos recompensadores, tanto directa como indirectamente;
7. Nossa herança cultural traz harmonia e beleza ao nosso ambiente de vida, tanto natural como natural, e assim melhora nosso bem-estar e qualidade de vida.

Reafirmando - neste ano que marca o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem - que o direito ao património cultural é um direito humano fundamental e reafirmando - neste Ano Europeu do Património Cultural - o nosso

compromisso com os princípios formulados num grande número de documentos de política relevantes já adoptados por muitas organizações europeias e internacionais, chegou o momento de traduzir estes princípios numa acção eficaz, com resultados tangíveis para a Europa e os seus cidadãos:

ACÇÃO 1 DESENVOLVER O PLANO DE ACÇÃO EUROPEU PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL

Apelamos a um ambicioso Plano de Acção Europeu para o Património Cultural, como um legado duradouro do Ano Europeu do Património Cultural. Este Plano de Acção, já anunciado na recém-adoptada Nova Agenda Europeia para a Cultura, deve ser preparado e implementado com o total envolvimento e envolvimento de todas as partes interessadas públicas e privadas relevantes, incluindo a sociedade civil. Deve também ser holístico e interligado com outras agendas e prioridades políticas fundamentais da UE, plenamente em consonância com as recentes conclusões do Conselho da UE. Referimo-nos a objectivos e áreas políticas como a coesão social, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, ambiente, políticas marítimas e de turismo, agenda de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas, investigação e inovação, política digital, educação e competências e, claro, a juventude. Este Plano de Acção deve, além disso, ter também uma forte dimensão externa, uma vez que a União Europeia também deve assumir a responsabilidade global e estender a mão aos parceiros para além e para além das fronteiras da UE. O Plano de Acção deverá, por conseguinte, ser coerente com a Convenção do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade e a sua recente Estratégia do Património Europeu para o século XXI e com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

ACÇÃO 2: RECONHECER O PATRIMÓNIO COMO PRIORIDADE DAS POLÍTICAS EUROPEIAS E FINANCIAMENTO

Em apoio do futuro Plano de Acção Europeu para o Património Cultural, instamos as instituições da UE a reconhecerem plenamente o património cultural como uma prioridade estratégica nos programas políticos em ascensão e no novo quadro financeiro plurianual da UE (2021-2027). Isto contribuirá para o tão necessário investimento na capital humana e cultural da Europa e na promoção dos valores da Europa. Ao mesmo tempo, todos nos comprometemos a continuar a aumentar a consciência dos múltiplos valores e benefícios do património cultural para a Europa. Isto é particularmente importante tendo em conta as próximas eleições do Parlamento Europeu em maio de 2019 e a subsequente nomeação da nova Comissão Europeia.

AÇÃO 3 PONTE LOCAL, NACIONAL E EUROPEIA

Os vários níveis de governança são fundamentais para liberar todo o potencial do património cultural como um recurso estratégico para a sociedade, a economia, a cultura e o meio ambiente. Por isso, apelamos a todos os Estados, Regiões e Cidades da Europa para que continuem a desenvolver políticas e planos de ação holísticos e ambiciosos para o património cultural. Também os instamos a reforçar o diálogo e a cooperação com organizações europeias e internacionais relevantes, bem como com a sociedade civil. Garantindo assim que a política e os planos de ação adotados pelos vários níveis de governação - do local, nacional ao europeu - se complementem e sejam coerentes.

AÇÃO 4 PRESERVANDO E TRANSMITIR OS INSUFICIENTES

O patrimônio cultural é único e insubstituível. No entanto, muitas vezes é vulnerável e até ameaçada. Portanto, é nossa tarefa coletiva preservar esse tesouro de modo a transmiti-lo para mais prazer e (re) uso para as gerações futuras. Devemos impulsionar os recursos humanos e financeiros necessários e investir em habilidades e capacitação, a fim de assegurar a preservação, o desenvolvimento e a transmissão adequados de nosso patrimônio, tanto física quanto digitalmente. Nesse processo, devemos envolver totalmente as universidades e a comunidade de pesquisa, desenvolver modelos de negócios inovadores e estimular as sinergias criativas entre o patrimônio e as artes. Devemos também reconhecer o valor das expressões intangíveis de nossa herança, que estão constantemente evoluindo e enriquecendo nossa sociedade e nosso meio ambiente.

ACÇÃO 5 INVESTIR NA REGENERAÇÃO DE PATRIMÓNIO DE QUALIDADE PATRIMONIAL

Temos de garantir e permitir investimentos adequados, públicos e privados, numa regeneração de qualidade dos nossos bairros, cidades e campos, baseada no património, baseada na criatividade, inovação e reutilização adaptativa; inspirada nos princípios da alta qualidade “Baukultur”, tal como formulada na Declaração de Davos, adoptada logo no início do Ano Europeu do Património Cultural; e enriquecido pela participação ativa dos cidadãos e suas comunidades e organizações da sociedade civil. Neste contexto, acolhemos a interação criativa e respeitosa entre a proteção do patrimônio construído e as contribuições contemporâneas ao nosso ambiente construído, que contribuem para a herança do amanhã.

AÇÃO 6 PROMOVER MELHORES CONHECIMENTO E MAIS ENTENDIMENTO

O patrimônio cultural deve ter uma importância muito maior nas atividades educacionais - tanto formais quanto informais - para todas as idades. Isso estimulará um engajamento público mais forte para a salvaguarda e transmissão de nossa herança cultural. Deve ser dada especial atenção à educação histórica e à interpretação do património, situadas num contexto mais vasto do passado, presente e futuro da Europa. Isto irá equipar os cidadãos da Europa e especialmente as nossas crianças e jovens, com as ferramentas necessárias para obter uma compreensão mais profunda dos encontros e intercâmbios em curso na Europa, bem como entre a Europa e outras culturas do mundo. Todas essas atividades ajudarão a construir relacionamentos mais respeitosos e significativos entre as pessoas e os lugares onde elas moram, trabalham ou visitam. Isto também facilitará uma melhor compreensão, respeito e inclusão de novos habitantes na Europa.

AÇÃO 7 CONSTRUINDO NO MOMENTO

O Ano Europeu do Património Cultural reforçou o ímpeto político e a ampla mobilização do património cultural na Europa. Temos agora de consolidar e melhorar ainda mais as sinergias entre o maior leque possível de intervenientes públicos e privados, incluindo organizações europeias e internacionais relevantes e a sociedade civil. Para o conseguir, precisamos de encontrar uma fórmula adequada para uma plataforma mais permanente de recolha de conhecimento, capacitação e coordenação da defesa do património cultural na Europa.

Berlim, 22 de junho de 2018

